

COMEÇAR DE NOVO

Sondagem SindusCon-SP/FGV revela fim de um ciclo de investimentos; lideranças empresariais indicam caminhos para a retomada

Edney Cielici Dias e Ana Maria Castelo

As expectativas em 2015 marcam o esgotamento de um ciclo histórico de investimentos da construção e as lideranças empresariais do setor apontam a necessidade de centrar medidas para a retomada sustentada das atividades, aprimorando o ambiente de negócios. Realizada em fevereiro pelo **SindusCon-SP** e pela **FGV**, a Sondagem da Construção mostrou que o ambiente setorial e macroeconômico seguiu em deterioração neste ano, em continuidade à tendência observada ao longo de 2014. O desempenho das empresas continuou enfraquecendo e começa 2015 em patamar bastante inferior ao observado em fevereiro de 2014, alcançando resultado mais negativo desde o início de 2009, quando empresas e famílias encontravam-se sob as incertezas dos impactos da crise financeira mundial.

A pesquisa mostrou que, além de menos negócios, as empresas estão se deparando com o aumento de suas dificuldades financeiras, o que compreende custos mais elevados dos empréstimos, resultado do aperto monetário recente. No que diz respeito ao cenário macroeconômico, o indicador de percepção de crescimento continuou em queda, batendo novo recorde negativo da pesquisa.

“O resultado da Sondagem reflete o atual sentimento do empresariado da construção civil, que vê o momento atual como muito difícil, tanto para a economia como para as construtoras”, avalia José Romeu Ferraz Neto, presidente do **SindusCon-SP**. “Espero que o governo tenha a sensibilidade de perceber as consequências negativas que a persistência desse momento poderá trazer para a cadeia da construção, principalmente em termos de redução de empregos diretos e indiretos.”

“Espero que o governo tenha a sensibilidade de perceber as consequências negativas que a persistência deste momento poderá trazer para a cadeia da construção.”

José Romeu Ferraz Neto,
presidente do **SindusCon-SP**

A queda de desempenho das empresas verificado pela Sondagem ocorreu em todos os componentes do indicador, mas foi especialmente elevada no que diz respeito ao volume de negócios e ao número de empregados – as empresas estão apontando forte redução de sua atividade nesses primeiros meses do ano. A pesquisa de emprego do **SindusCon/FGV**, por sua vez, mostrou que em janeiro houve retração na contratação, configurando o primeiro resultado negativo da série para o mês.

No que diz respeito às perspectivas para os próximos meses, as empresas mostraram-se mais pessimistas desde que a pesquisa começou a ser realizada, em agosto de 1999. A percepção da maioria das empresas é, portanto, que as dificuldades continuarão à frente, o que implica que as perspectivas de retomada nas contratações não são favoráveis.

O único quesito em que as empresas mostram percepção positiva é o de custos. Na comparação com fevereiro de 2014, houve melhora, indicando que os empresários esperam uma evolução mais favo-

rável nos próximos meses. O mercado de trabalho desaquecido pode realmente contribuir para diminuir a pressão dos custos com mão de obra, que tem peso superior a 50% nos índices setoriais com INCC e CUB. Da mesma forma, a dificuldade em contratar mão de obra qualificada deve se reduzir significativamente.

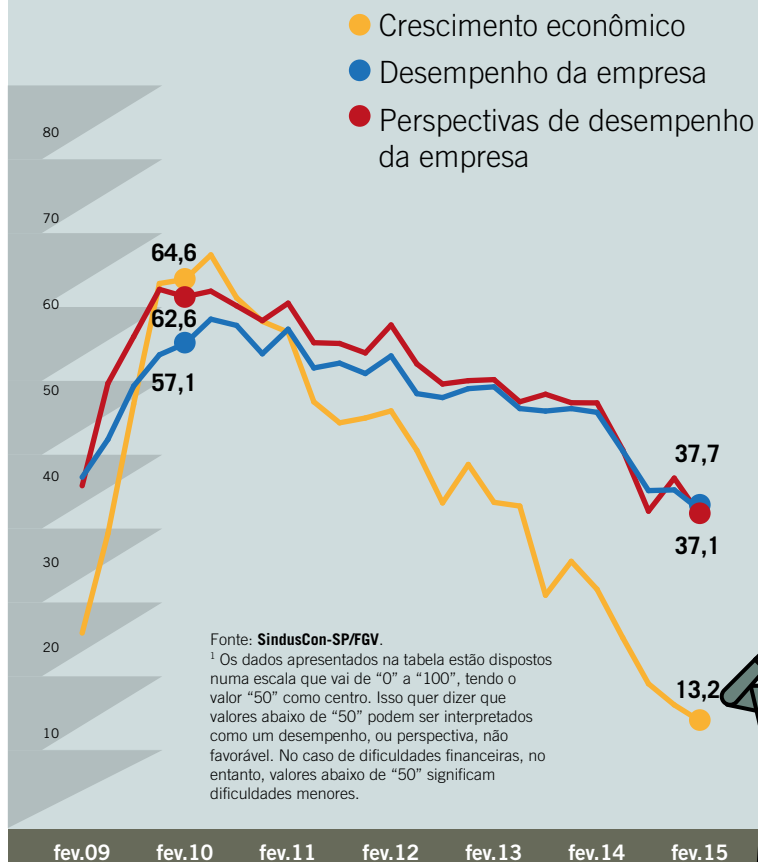
Mas, mesmo nesse aspecto, há ressalvas. Ferraz Neto lembra que, após a realização da Sondagem, o governo enviou ao Congresso Nacional projeto de lei para, após 90 dias de sua promulgação, elevar em 125% a contribuição previdenciária sobre a receita bruta das novas obras empresas da construção, praticamente acabando com a desoneração que esta contribuição havia inaugurado. “A empresa que não o fizer deverá voltar a recolher a contribuição de 20% sobre a folha. Um retrocesso.”

Para sair da crise

As lideranças empresariais da construção apontam a necessidade de ajuste da economia, mas ressaltam a necessidade da preservação do investimento. “O governo precisa agir em várias frentes para retomar o crescimento da construção: ativar novas concessões e parcerias público-privadas, lançar com aperfeiçoamentos a terceira fase do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), agilizar processos de licenciamento de empreendimentos, sobretudo na área ambiental, trabalhar pela recomposição de sua base de sustentação no Congresso Nacional, de modo a viabilizar o ajuste fiscal, não tentar obstaculizar as investigações para a apuração dos responsáveis pela corrupção na Petrobras”, avalia Ferraz Neto.

José Carlos Martins, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção

DETERIORAÇÃO DE EXPECTATIVAS



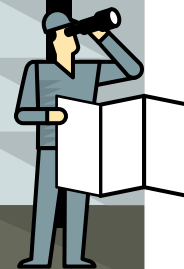
“

“A CBIC acredita que os ajustes devam primar sempre pelo investimento em detrimento de outros gastos.”

José Carlos Martins,
presidente da CBIC

“O que os governantes deveriam fazer seria reduzir custeios, extinguir ministérios, secretarias, autarquias inúteis, desburocratizar a gestão pública e preservar os investimentos.”

Luciano Amadio Filho,
presidente da Apeop



ção (CBIC), frisa a posição estratégica do setor no estágio atual em que se encontra a economia brasileira. “A construção promove o investimento que deverá fomentar um novo ciclo de expansão sustentável de crescimento. Para isso, é preciso segurança sobre o presente para se vislumbrar um futuro melhor.” Ainda segundo Martins, é importante adotar medidas que melhorem o ambiente de negócios, com a redução da burocracia e dos custos de investir e produzir, de maneira que, no médio e no longo prazo, retome-se o vigor setorial e da economia.

A Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas (Apeop) vê com grande preocupação o atual quadro. Segun-

do seu presidente, Luciano Amadio Filho, com a generalizada queda de arrecadação, acompanhada de cortes de investimentos públicos, as empresas de obras públicas ficam em difícil situação, comprometendo milhares de empregos diretos e indiretos. “Lamentável esse repetitivo erro das administrações, pois investimento gera arrecadação de impostos, recursos que voltam para os tesouros públicos, acelerando a saída da crise. Os nossos governantes deveriam reduzir custeios, extinguir ministérios, secretarias, autarquias inúteis, desburocratizar a gestão pública, cortar mordomias e gastos em excesso com pessoal”, avalia o presidente da Apeop.

As atuais perspectivas são ruins também

para a indústria de materiais de construção, que se ressentiu do fim das desonerações, do aumento de custos de energia e dos fretes. Para Walter Cover, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat), o governo precisa agir como em 2008-2009, com a criação de mecanismos inovadores de crédito e de investimentos para a infraestrutura, com o incremento no PMCMV e enfrentamento com mais vigor da questão da educação e capacitação profissional da mão de obra na construção. “É preciso encontrar a equação política para limpar a pauta negativa da crise institucional, de forma que o empresário volte a ter confiança na economia e retome os investimentos.”